

O BRASIL DA DEMOCRACIA, SOBERANIA E DO BEM VIVER

Defender a democracia e a soberania brasileira, reformar o sistema político e criar um novo caminho econômico antineoliberal para construir os direitos do Bem Viver das famílias brasileiras.

Nestas eleições de 2026, a grande maioria dos brasileiros e brasileiras quer consolidar a democracia e decidir democraticamente o futuro do Brasil. Em um momento decisivo, o povo brasileiro e as instituições dos três poderes do Estado defenderam a **permanência da democracia** contra o risco de retorno a uma ditadura, que seria implantada pelo desrespeito aos resultados das eleições presidenciais de 2022 e por uma trama de violências que punha como objetivo assassinar o presidente e o vice-presidente eleitos, além do presidente do STF. Em 2025, os chefes desta trama sórdida foram condenados à prisão, com fortes provas e através do devido processo legal. Não há mais lugar para aqueles que falam em nome dos golpistas e querem voltar a uma ditadura em nosso país.

Foi só através da **vitória da democracia** que tem sido possível, nestes últimos quatro anos, o início vigoroso da reconstrução dos direitos fundamentais de quem trabalha: a valorização do salário mínimo; a retomada e fortalecimento do Bolsa Família, que permitiu, pela segunda vez, enfrentar o flagelo da fome retornada para dezenas de milhões de brasileiros nos governos anteriores; a retomada e recomposição dos investimentos e criação de novos programas na educação e no SUS, como o Pé de Meia e Mais Especialidades. Foi histórica a aprovação de um princípio de justiça tributária, com a isenção dos impostos para quem recebe até cinco mil reais e forte redução do imposto para quem recebe até sete mil reais, além da maior taxaçoão dos mais ricos.

Com a **vitória da democracia**, que trouxe de volta a confiança nos rumos do país, a economia brasileira pôde voltar a ter um crescimento sustentado acima da média mundial, com a redução do desemprego aberto ao seu menor patamar segundo a série histórica do IBGE e com a inflação mais baixa do que qualquer outro governo na história brasileira. Com o Programa da Nova Indústria Brasileira, com o retorno do Programa de Aceleração do Crescimento e agora com o Plano de Transição Ecológica, a economia brasileira começou a trilhar o seu futuro de industrialização com base em novas tecnologias, de planejamento e de sustentabilidade ambiental.

A **vitória da democracia** foi decisiva para defender a soberania do Brasil frente às investidas unilaterais e neocolonialistas do governo Trump. O Brasil se uniu em torno em torno à defesa de sua soberania, em um momento belo e inesquecível, deixando completamente isolados os que preferiram se vestir com a bandeira

norte-americana. Nestes anos, o presidente Lula foi o grande protagonista internacional na defesa do multilateralismo e do direito à autodeterminação dos povos, à justiça e à paz. Com a realização da COP 2025, o Brasil ocupou o centro mundial do enfrentamento da destruição ambiental, hoje já tão sentido em várias catástrofes pelos brasileiros de norte a sul do país. Também, faz-se necessário que o país cuide de sua capacidade de proteção de nossos povos, territórios e fronteiras, das riquezas naturais e garantia da paz através de investimentos em tecnologia de defesa.

Já fazem parte deste futuro que está começando a defesa da redução da jornada de trabalho, por meio da superação da escala 6 x 1, sem diminuição do salário. Trata-se de uma medida de justiça social, que enfrenta a exploração do tempo de vida da classe trabalhadora e afirma que o avanço tecnológico deve servir ao bem-estar coletivo, e não apenas à ampliação dos lucros. Sabemos que haverá forte resistência das elites econômicas, que historicamente se opõem a qualquer ampliação de direitos, mas o centro do debate deve ser o direito ao descanso, ao lazer e ao bem viver para milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Está sendo fundamental também a negociação de leis que garantam os direitos mínimos dos milhões de brasileiros que trabalham através de plataformas virtuais, hoje expostos a todo tipo de exploração e riscos. A nova Política Nacional de Cuidados, já aprovada e em implantação, é essencial para as famílias brasileiras ao ampliar creches e serviços de cuidado a crianças, idosos e pessoas com deficiência, reduzindo a sobrecarga histórica das mulheres. Ao reconhecer o direito de cuidar, de ser cuidado e ao autocuidado, a política promove a corresponsabilização entre Estado, famílias, comunidades e setor privado, valoriza o trabalho do cuidado e contribui para maior equidade de gênero, raça e renda.

A defesa pública da criação de um Ministério da Segurança Pública e de um Sistema Único que integre as ações federais, estaduais e municipais, no combate ao crime organizado e à corrupção têm o potencial de promover uma nova capacidade de ação do Estado democrático brasileiro em uma área tão decisiva para a paz e segurança das famílias brasileiras. O crime hoje não se enraizou apenas nas periferias mas tem seus comandos principalmente em setores financeiros e infiltrou-se profundamente entre políticos e estruturas estatais corrompidas.

Os três poderes da República lançaram em conjunto uma política integrada para conter o femicídio, a violência e o estupro das mulheres brasileiras. Esta é hoje a principal ameaça para a segurança pública no Brasil, que é exatamente alentada por aqueles que pregam de forma virulenta e continuada contra a autonomia e a dignidade da mulher livre. E defendem irresponsavelmente a disseminação do porte de armas.

A esperança não quer mais adiar o seu tempo. O futuro que sonhamos precisa ser construído agora, por meio do aprofundamento da democracia brasileira, que afirme a soberania popular e enfrente as desigualdades estruturais entre os bilionários e os que vivem do trabalho, entre homens e mulheres, combata todas as formas de discriminação e opressão que atravessam a sociedade brasileira, e que reconheça a diversidade étnico-racial que constitui o nosso país, superando de vez o racismo que marca a formação social brasileira.

Reformar o sistema político

A esmagadora maioria dos brasileiros e brasileiras tem reafirmado sempre a sua preferência pela democracia. Por isso mesmo e para aperfeiçoar seu funcionamento no sentido de atender aos interesses da maioria, há uma crítica generalizada às distorções na representação, à corrupção sistêmica, as reproduções de privilégios e práticas anti-republicanas que não apenas persistem mas até aumentaram nos últimos anos no sistema político.

Sem aprofundar o sentido da soberania popular, continuarão a ser impedidas as mudanças necessárias para garantir um futuro do Bem Viver para a população brasileira. É preciso, pois, reformar o sistema político.

A democracia participativa – a participação direta da cidadania na vida política e no controle das instituições do Estado – é vital para a saúde da democracia. Além das Conferências Nacionais e dos Conselhos com participação da sociedade civil, é preciso criar o **Orçamento Participativo Nacional, através do qual a cidadania ativa de modo organizado a cada ano definirá prioridades do investimento do Orçamento da União**. É uma garantia de que os impostos pagos serão utilizados de acordo com as prioridades democraticamente definidas do país.

O modo como funciona o sistema eleitoral – voto individual em candidatos para os poderes legislativos e com cada vez maior intervenção do poder econômico – fragmenta o sistema de partidos e, principalmente, subrepresenta de forma escandalosa os trabalhadores, as mulheres e os negros. É preciso adotar, como ocorre na esmagadora maioria dos países democráticos, **o voto em listas partidárias com representação paritária para as mulheres e quotas de representação mínima étnico-racial**.

Outra gravíssima distorção que veio se acentuando nos últimos anos por decisão da maioria dos próprios beneficiados é o atual sistema de emendas parlamentares. É errado inclusive chamar esta grave distorção de uma prática parlamentarista pois em regime parlamentar atribuições de decisão sobre orçamento público são de natureza partidária e não individual como se dá no Brasil. Da maneira como hoje se dão, as emendas parlamentares são incompatíveis com o regime presidencialista, distorcem as prioridades orçamentárias e alimentam a corrupção. É preciso, pois

reformular profundamente o regime das emendas parlamentares, em sua relação com o poder executivo (deixando de ser impositivas), reduzindo drasticamente o seu volume (hoje em torno de 50 bilhões por ano) e o seu modo de funcionamento (sem controle público).

A cidadania brasileira decididamente não aceita que uma pequena minoria de servidores do Estado desfrute de todo tipo de privilégios e salários que ultrapassam o teto salarial fixado para o funcionalismo, inclusive com regimes de previdência especiais que são garantidos pelo orçamento da União. É uma afronta inaceitável em um país cujo salário mínimo do trabalhador mal cobre as suas necessidades básicas. Será preciso **atualizar uma ética republicana para os três poderes que proíba e ponha fim a tais privilégios afrontosos.**

Formaram-se em vários países do mundo e de modo todo especial no Brasil, redes de comunicação na internet especializados em difundir *fake news*, organizar campanhas de ódio e criar falsos mitos. Mas uma democracia não pode sobreviver sem formar uma opinião pública democrática e sem garantir os fundamentos da liberdade de expressão para todos os cidadãos. Para garantir a liberdade de expressão democrática, é preciso **investir em um sistema público de comunicação e reforçar a regulação democrática e pluralista das redes na internet.**

Uma economia para superar o neoliberalismo

Desde os anos oitenta, com a crise da dívida externa induzida pela agressiva política de juros praticada pelo governo norte-americano e, depois, com a financeirização da economia brasileira nos anos noventa do século passado, o Brasil convive com taxas de juros escandalosamente altas, entre as maiores do mundo, que comprimem os investimentos, incentivam uma alta taxa de exploração do trabalho, limitam o orçamento dedicado às políticas sociais e exponenciam o endividamento das famílias. Sem romper com a financeirização, a democracia brasileira não conseguirá prover os direitos fundamentais da cidadania dos brasileiros.

É preciso, pois, em primeiro lugar construir uma proposta alternativa à atual dependência profunda do Banco Central, em seu modo de funcionamento e em seus métodos, aos grandes agentes financeiros e rentistas, que só lucram e especulam através de seu poder de regular o câmbio, a moeda e o crédito. Para manter e aprimorar a sua autonomia técnica e operacional, é necessário compartilhar a sua gestão com todas as classes produtoras, inclusive com representação do trabalho, e subordiná-lo de forma republicana à democracia brasileira e aos interesses da maioria da população. Os bancos devem servir prioritariamente aos investimentos produtivos e ao consumo da população e não para especular. Com a grande reserva acumulada em ativos internacionais e com o

controle da inflação, será possível manter uma meta permanente de um patamar de juros de um dígito como base para a desfinanceirização do país.

Será preciso construir um pacto em torno a uma alternativa à atual Lei de Responsabilidade Fiscal que, na verdade, estimula o máximo endividamento financeiro, por outra que combine a necessária responsabilidade fiscal com o controle da inflação e as novas metas de desenvolvimento econômico e justiça social.

Em terceiro lugar, é fundamental reconstruir os fundamentos de uma economia do setor público, que permita o planejamento de um novo ciclo de desenvolvimento industrial em áreas prioritárias, com inovações tecnológicas de fronteira e com sustentabilidade. O projeto a Nova Indústria Brasileira propõe que estas áreas prioritárias sejam as cadeias agro-industriais, sustentáveis e digitais; o complexo econômico e industrial da saúde; a infra-estrutura, o saneamento, moradia e mobilidade urbana; a transição digital da indústria; a bioeconomia, voltada para descarbonização e para a transição energética e as tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacional.

Uma quarta dimensão fundamental deste novo rumo macro-econômico deve ser o investimento na elevação da formação, do salário e da qualidade do emprego dos trabalhadores brasileiros. A elevação dos direitos do trabalho, superando desigualdades históricas e estruturais, que contemple as dimensões de gênero e étnico-raciais, é fundamental para alavancar o PIB potencial e expandir o mercado interno, criando uma sinergia positiva e virtuosa de um novo ciclo sustentado de altas taxas de crescimento. Faz parte deste ciclo, recuperar o papel indispensável à democracia dos sindicatos, da contratação coletiva, da Justiça do Trabalho e da economia solidária, como forma cooperativa e auto-gestionada de produção.

Uma quinta dimensão fundamental é a da reforma agrária popular, que democratize o acesso à terra em um país que possui ainda a maior concentração da propriedade das terras no mundo. Além da soberania alimentar dos brasileiros, ela é fundamental para desenvolver a agro-ecologia e a transição ecológica já que o agro-negócio predatório é o agente principal da predação climática e da crise climática em nosso país.

Frente Ampla pela Democracia

A democracia é um **valor** inegociável. Sem ela, o Brasil se encaminharia para a barbárie, para um regime de violência e obscurantismo, de perda de soberania e desagregação social e econômica.

A democracia é o único **caminho** para construir um futuro do Brasil, que acolha a diversidade de nosso povo, as suas diversas religiões e etnias, o pluralismo e o diálogo, a paz e a negociação para resolver os conflitos. Para criar um futuro

nacional comum e contribuir para a construção de um mundo ecologicamente sustentável, justo e fraterno.

A democracia é uma **meta**. Para que se construa a liberdade, como autonomia para cada pessoa e para a vida em comum, é preciso superar as desigualdades históricas sociais, de raça e de gênero. Não se pode ser verdadeiramente livre quem está submetido a uma desigualdade estrutural de renda, de gênero ou étnico-racial.

A partir deste valor fundamental, deste caminho e desta meta é preciso reconstruir a cultura democrática dos brasileiros e brasileiras. Mais do que um regime político, a democracia é um modo social de compartilhar as individualidades em uma vida comum, que garanta o máximo de liberdade e igualdade.

Nestas eleições, o que está em jogo é o presente e o futuro da democracia brasileira. Por isto, propõe-se um mutirão pela democracia que abrigue cidadãos e cidadãs de todos os partidos, trabalhadores e empresários, de todas as religiões, de todas as idades, de todas as culturas, de todos os movimentos sociais: uma Frente Ampla pela Democracia. A participação ativa de cada pessoa é decisiva. Com ela, a nossa comum vontade e esperança será vitoriosa.

1. SOBERANIA POPULAR COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO DO PROJETO DE NAÇÃO

A democracia brasileira venceu o golpismo, mas ainda está distante do povo: a maioria apoia a democracia, porém sente que as decisões estão cada vez mais distantes das necessidades reais da vida cotidiana.

Para superar desigualdades e continuar a construção de um Brasil de bem-viver, defendemos uma reforma democrática e soberana do Estado, onde o povo esteja no centro da tomada de decisões: criar um Orçamento Participativo Nacional permanente para que a população decida prioridades orçamentárias com transparência e controle social, acabando com as distorções das emendas parlamentares, adoção do sistema de listas partidárias programáticas com paridade de gênero e garantia de recorte étnico-racial.

É um elemento fundamental do fortalecimento da nossa soberania a construção da soberania digital com infraestrutura nacional de dados, regulação democrática das big techs e fortalecimento da comunicação pública contra desinformação; como também um Plano Nacional de Soberania Energética e Mineral para explorar de maneira responsável o pré-sal, a Margem Equatorial e minerais críticos garantindo que o desenvolvimento caminhe junto com a proteção dos territórios e proteção às

comunidades; e impulsionar soberania tecnológica por meio de investimento em ciência, inovação e IA nacional, com o Estado como indutor do desenvolvimento.

Soberania é também a capacidade de defesa do território e da nação, de nossos povos, recursos e riquezas naturais, da nossa autodeterminação. Investir em proteção de nossas fronteiras e território é fundamental para garantir nossa paz e futuro.

Assim, a soberania popular vira poder político, econômico e tecnológico exercido democraticamente pelo povo, essa é a base de um projeto nacional justo, desenvolvido e defensor intransigente da democracia. (Incluir multilateralismo e integração américa latina)

2. VALORIZAÇÃO DO TRABALHO COM GARANTIA E AMPLIAÇÃO DE DIREITOS

A democracia brasileira só será plena quando a liberdade e igualdade andarem de mãos dadas, com o trabalho e os trabalhadores no coração do projeto nacional. Trabalhadores e trabalhadoras assalariados, autônomos, donas de casa que carregam o peso invisível do cuidado, pequenos produtores rurais e a juventude precarizada são quem gera a riqueza do país e mais sofreu com o neoliberalismo e as reformas regressivas.

Por isso, defendemos a valorização contínua do salário-mínimo como ferramenta essencial de distribuição de renda, crescimento econômico e combate à pobreza, avançando gradualmente para uma Renda Mínima Universal que garanta vida digna a todos. É urgente revogar as leis anti-trabalhistas que abriram caminho para terceirização sem limites, pejetização abusiva e enfraquecimento da Justiça do Trabalho, acabando com a ideia de que o trabalhador vire “empresa de si mesmo” para baratear custos e aumentar a exploração.

Propomos reduzir a jornada de trabalho, eliminando a escala 6x1 sem corte salarial, trabalhar para viver melhor com mais tempo para família, saúde mental, lazer e dignidade. Precisamos fortalecer sindicatos, ampliar negociação coletiva e valorizar a Justiça do Trabalho para equilibrar as relações entre capital e trabalho, com trabalhador precarizado não há desenvolvimento soberano e nem dignidade plena.

É fundamental reconhecer que os microempreendedores e pequenos negócios representam a espinha dorsal da economia, sendo os principais responsáveis pela geração de empregos e pela circulação de renda nas comunidades locais. Portanto, reforçar as políticas de incentivo a esse segmento significa não apenas simplificar

o acesso ao crédito e reduzir a burocracia, mas também investir em programas de capacitação técnica e gestão financeira que aumentem a competitividade e a longevidade desses empreendimentos. Ao fortalecer a cultura empreendedora com linhas de financiamento específicas, incentivos fiscais e suporte digital, o Estado cria um ciclo virtuoso: diminui a informalidade, estimula a inovação e garante que pequenos negócios possam prosperar, contribuindo de forma mais robusta para o desenvolvimento econômico sustentável do país.

Enfrentar a desigualdade exige combater o rentismo, reorganizar a economia e colocar o trabalho como eixo central: só assim quem produz a riqueza vive com direitos assegurados, renda digna e tempo para ser feliz.

3. DEFESA DA VIDA DAS MULHERES COMO PROJETO DE NAÇÃO

A construção de um projeto nacional democrático e popular exige enfrentar, de forma central e inadiável, as desigualdades de gênero, o machismo e a misoginia que estruturam a sociedade brasileira. A emancipação das mulheres e a efetivação da equidade de gênero não são agendas setoriais, mas dimensões estratégicas de qualquer nação que pretenda ser justa, soberana e desenvolvida.

As mulheres estão na linha de frente do mundo do trabalho e chefiam mais da metade dos lares brasileiros, mas ainda enfrentam desigualdade salarial gritante, a sobrecarga exaustiva do trabalho doméstico e de cuidados, baixa representação nos espaços de poder e violências diárias que vão do feminicídio ao estupro, a violência política de gênero, passando por agressões psicológicas, físicas, simbólicas e institucionais. A desigualdade de gênero permanece como uma ferida histórica que o Estado precisa enfrentar com coragem política e ações concretas, estruturais e permanentes.

Deste modo é importante ressaltar políticas voltada para as mulheres indígenas, a indicação de profissionais indígenas para cargos estratégicos e a criação de espaços de diálogo fortalecem a governança democrática. Especificamente, a criação das "Casas da Mulher Indígena" em todos os biomas e a garantia de 50% de participação feminina nos Comitês Territoriais Mistos representam um avanço na proteção contra a violência de gênero e no empoderamento político das mulheres indígenas, assegurando seus direitos à vida, à integridade e à participação.

Para mudar isso de verdade, precisamos consolidar e ampliar a Política Nacional de Cuidados já sancionada e em implementação, com financiamento estável e mais equipamentos públicos que redistribuam esse trabalho invisível, aliviem a múltipla jornada e promovam autonomia econômica real para as mulheres. Cuidar não pode continuar sendo considerado uma tarefa feminina, precisa ser visto como

uma responsabilidade social coletiva, e deve virar política pública estruturante para garantir igualdade material e dignidade a todas e todos.

A violência contra as mulheres é um fenômeno estrutural e multidimensional, atravessado por misoginia, desigualdades étnico-raciais e de classe, que não pode ser tratado apenas como questão de segurança pública. Apesar dos avanços em leis e políticas públicas, o machismo permanece enraizado nas relações sociais e familiares e se intensifica nas redes sociais, onde adolescentes e jovens são expostos a conteúdos misóginos que difundem ódio, submissão e modelos de masculinidade violenta, alimentando processos de deformação social.

O endurecimento das penas, inclusive no caso do feminicídio, é necessário, mas insuficiente. Torna-se fundamental garantir o cumprimento das leis existentes, como o ECA Digital, avançar na regulação das big techs e articular mudanças na política educacional. Nesse sentido, propõe-se a inclusão, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, na LDB e no novo PNE, de conteúdos transversais sobre igualdade de gênero e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres, integrando educação, cultura, comunicação e proteção social em uma estratégia permanente de transformação.

Também é urgente enfrentar a violência política de gênero, que intimida, silencia e persegue mulheres na política com ameaças, ataques online, desinformação e barreiras institucionais. Para ampliar a presença feminina nos espaços decisórios, precisamos de proteção jurídica sólida, mecanismos de responsabilização rigorosos e compromisso real das instituições para que elas exerçam mandatos e funções públicas com segurança e respeito.

Por fim, defendemos políticas que garantam mais mulheres em posições de decisão. A igualdade de gênero precisa ser um princípio do nosso projeto, um pilar essencial na construção de uma sociedade soberana, democrática e comprometida com o fim de todas as opressões. Só assim construímos um Brasil onde as mulheres e toda a sociedade vivam com liberdade, direitos plenos e dignidade de verdade.

4. NOVA INDÚSTRIA BRASIL: UM CAMINHO PARA O FUTURO

Desde os anos oitenta com a crise da dívida externa induzida pelos EUA e, depois, com a financeirização da economia brasileira nos anos noventa, o Brasil convive com taxas de juros escandalosamente elevadas que impedem os investimentos, impõem uma alta taxa de exploração do trabalho, limitam o orçamento dedicado às políticas sociais e reproduzem o endividamento das famílias brasileiras. Sem romper com a financeirização, a democracia brasileira não conseguirá prover os direitos fundamentais da cidadania dos brasileiros.

O futuro econômico do Brasil depende de uma política prioritária de reindustrialização, baseada em inovação tecnológica, sustentabilidade e voltada para as necessidades da população, que incentive a economia solidária e cooperativa como um dos eixos estruturantes.

Superar a armadilha da financeirização exige decisões estruturais que recolocam o Estado a serviço da maioria e organizam as bases do desenvolvimento nacional. Faz parte dessa agenda de desenvolvimento:

- Construir uma proposta alternativa à atual dependência do Banco Central aos grandes agentes financeiros e especulativos, mantendo sua autonomia técnica e operacional como órgão submetido à democracia brasileira e aos interesses da maioria da população.
- Garantir uma meta estrutural de manutenção dos juros abaixo de 10 %, que permita a retomada dos investimentos na economia e em justiça social.
- Construir uma alternativa à atual Lei de Responsabilidade Fiscal que, na verdade, estimula o máximo endividamento financeiro, por outra que combine a devida responsabilidade fiscal, com o controle da inflação e as novas metas de desenvolvimento econômico e justiça social.
- Reconstruir os fundamentos de uma economia do setor público, que permita o planejamento de um novo ciclo de desenvolvimento industrial em áreas prioritárias, com inovações tecnológicas de fronteira e garantidoras da sustentabilidade.
- As prioridades da reindustrialização necessária seriam: cadeias agro-industriais sustentáveis e digitais; complexo econômico-industrial da saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade urbana; transformação digital da indústria; bioeconomia, descarbonização e transição energética e tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacional.
- Investir em uma infra-estrutura e uma política de governança soberana de dados, computação e inteligência artificial
- Investir na formação de um sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que conecte as universidades e Institutos Federais de Educação à formação de cadeias produtivas preferencialmente públicas nos setores definidos como prioritários
- Implantar a Lei Paul Singer, formando a Economia Popular e Solidária como uma política estruturante do programa de desenvolvimento econômico, social, ambiental, territorial e promotor da justiça social

5. EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

EDUCAÇÃO

A educação é direito universal de todas as pessoas e dever do Estado, da família e da sociedade, constituindo um dos eixos estratégicos do projeto nacional que defendemos. Nosso projeto de educação tem como objetivo central o desenvolvimento pleno da pessoa humana, a formação cidadã crítica e consciente, a qualificação para o trabalho decente, a defesa da soberania nacional e a sustentabilidade ambiental, garantindo acesso universal, permanência com êxito e qualidade socialmente referenciada da creche à pós-graduação, respeitando a diversidade cultural e as especificidades territoriais.

A efetivação do Plano Nacional de Educação, com 10% do PIB para o setor e aplicação do Custo Aluno-Qualidade, é um elemento fundamental para o fortalecimento da educação como política de estado, isso significa universalizar as creches, expandir a educação integral em tempo integral, garantia da alfabetização na idade adequada com respeito às realidades locais, fortalecer os Institutos Federais, ampliar as políticas de permanência estudantil e retomar com vigor o investimento nas universidades públicas que são bases estratégicas para a inovação científica, a neo industrialização e o desenvolvimento tecnológico soberano.

O fortalecimento da educação pública exige diálogo permanente com a sociedade, gestão democrática, inclusão efetiva e pactuação federativa real. É urgente reverter as políticas de privatização e militarização das escolas, combater a mercantilização do ensino e assegurar que todo recurso público seja destinado exclusivamente à escola pública. A valorização dos profissionais da educação com carreira estruturada, formação continuada e remuneração digna é condição indispensável para elevar a qualidade do ensino.

A escola pública é espaço essencial de convivência democrática, formação cidadã e produção de conhecimento comprometido com a transformação social. Como política pública estratégica, a educação é o instrumento mais poderoso para romper os ciclos de exclusão, reduzir desigualdades estruturais, combater a violência e construir um Brasil soberano, justo e desenvolvido.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O desenvolvimento científico, tecnológico e digital deve estar indissociavelmente vinculado a um projeto nacional soberano, democrático, ambientalmente sustentável e socialmente incluyente.

Nessa perspectiva, CT&I não são concebidas apenas como vetores econômicos, mas como elementos estruturantes da autonomia política, da defesa da democracia e da promoção do desenvolvimento sustentável. A política tecnológica proposta responde simultaneamente aos desafios da reindustrialização, da transição ecológica, da inclusão digital e da soberania informacional.

Consolidar a soberania tecnológica e digital como dimensão central da soberania nacional. A dependência externa em tecnologias críticas microeletrônica, infraestrutura digital, inteligência artificial, sistemas avançados de informação configura-se como limitante à autonomia econômica, política e estratégica. Países tecnologicamente dependentes ocupam posições subordinadas nas cadeias globais de valor.

Diante disto, se faz necessários algumas ações:

- Desenvolvimento de infraestrutura nacional soberana de dados, computação e inteligência artificial, articulando Estado, universidades, setor produtivo e sociedade civil;
- Estabelecimento de política nacional de governança de dados, com infraestrutura pública, regulação democrática e proteção da privacidade;
- Regulamentação democrática de plataformas digitais e big techs, assegurando concorrência justa, transparência algorítmica e proteção de direitos trabalhistas na economia digital;
- Fortalecimento da segurança cibernética e proteção de infraestruturas críticas (energia, telecomunicações, sistema financeiro, saúde, defesa);
- Adoção progressiva de software livre e tecnologias abertas pela administração pública como instrumento de soberania digital, redução de custos e transparência.

É preciso fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) como eixo estruturante do desenvolvimento. Sistemas científicos robustos são condição para autonomia tecnológica, capacidade industrial e qualidade de vida. O SNCTI brasileiro, construído com esforço histórico, deve ser potencializado mediante melhor articulação e divisão de funções entre seus componentes. Para isso é necessário a garantia de financiamento público estável e crescente para CT&I, com meta de elevação do atual patamar de 1,2% do PIB, incluindo destinação mínima de 10% do total investido para Tecnologias Sociais e Tecnociência Solidária, fortalecer as universidades públicas, institutos federais e centros públicos de pesquisa, protegendo-os de tentativas de privatização e promovendo pesquisas voltadas às necessidades da população.

Precisamos de um modelo de desenvolvimento no qual ciência, tecnologia e inovação atuam como instrumentos estruturantes da autonomia nacional, da redução das desigualdades e do fortalecimento do Estado democrático. A concretização desta agenda exige estabilidade institucional, financiamento contínuo, articulação federativa e integração entre universidades, centros de pesquisa, setor produtivo, Estado e sociedade civil.

A soberania tecnológica, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a integração regional constituem, assim, os eixos orientadores de um projeto nacional de desenvolvimento baseado no conhecimento.

6. FORTALECIMENTO ESTRUTURAL E A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) COMO POLÍTICA DE ESTADO

O Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecido como o maior sistema público e universal de saúde do mundo, constitui um dos mais relevantes patrimônios sociais da população brasileira e um dos pilares fundamentais da Constituição Federal de 1988. Sua defesa e aprimoramento contínuo são imperativos para a redução das desigualdades sociais e para a efetivação do direito à saúde enquanto dever do Estado. Nesse contexto, faz-se necessário estabelecer uma agenda estratégica que reafirme o SUS como política de Estado inalienável, pautada pelos princípios da universalidade, integralidade, equidade e humanização.

O aperfeiçoamento do modelo de financiamento público é condição indispensável para a viabilidade e a expansão do sistema. Defende-se a implementação de um regime fiscal progressivo e estável, que assegure recursos compatíveis com as necessidades sanitárias da população e com a manutenção da gratuidade e do caráter universal do atendimento. Isso implica revisão de mecanismos de alocação orçamentária, ampliação das fontes de receita e combate ao subfinanciamento crônico.

A consolidação da APS como ordenadora do cuidado e principal porta de entrada do sistema deve ser priorizada, com foco na resolutividade, na coordenação do cuidado e na longitudinalidade. Metas nacionais devem ser estabelecidas para ampliar a cobertura, qualificar o processo de trabalho das equipes e integrar a APS aos demais pontos da rede de atenção à saúde.

O enfrentamento das filas de espera para consultas, exames e procedimentos especializados requer planejamento integrado, regulação assistencial eficiente e pactuação interfederativa. É necessário instituir estratégias de monitoramento e incentivos para a redução do tempo de espera, com garantia de acesso oportuno e baseado em critérios de risco e vulnerabilidade.

A modernização do SUS passa pela ampliação do uso de ferramentas digitais, como a telessaúde e a telemedicina, visando superar barreiras geográficas e promover equidade territorial. A integração de sistemas de informação, o prontuário eletrônico unificado e a incorporação de inovações tecnológicas devem ser conduzidas de forma alinhada aos princípios do sistema, assegurando a qualidade, a segurança e a privacidade dos dados, sem prejuízo do caráter público e gratuito.

A qualidade do cuidado está intrinsecamente ligada às condições de trabalho e à valorização dos profissionais de saúde. É essencial instituir políticas permanentes de gestão do trabalho e da educação na saúde, que incluam planos de carreira, remuneração justa, ambientes laborais seguros e estímulo à formação continuada, alinhada às necessidades do sistema e ao desenvolvimento tecnológico.

A atuação do SUS deve ser fundamentada em evidências científicas e em práticas baseadas em dados. Nesse sentido, é imperativo fortalecer a comunicação pública em saúde, promover a alfabetização científica da população e adotar medidas sistemáticas de enfrentamento ao negacionismo científico e à desinformação, garantindo a credibilidade das políticas de prevenção, tratamento e vigilância em saúde, com especial ênfase na cobertura vacinal.

O fortalecimento do SUS requer o avanço na implementação da Reforma Psiquiátrica, assegurando o cuidado em liberdade, de base territorial e humanizado, priorizando o cuidado em liberdade, territorializado e humanizado, expansão de CAPS, residências terapêuticas, prevenção ao suicídio, atenção a populações vulneráveis e combate radical ao estigma, assegurando saúde mental integral como direito e não como exclusão.

Se tratando de fortalecimento do SUS, é importante consolidar o direito à saúde para os povos indígenas exige um olhar diferenciado. O investimento no Programa Nacional de Saneamento Indígena (PNSI) para universalização da água potável é essencial para a prevenção de doenças e a promoção da dignidade humana. A reestruturação da SESAI, a criação de novos DSEIs e a integração da medicina tradicional ao SUS representam a efetivação do direito à saúde de forma integral e intercultural, respeitando as especificidades étnicas e as práticas tradicionais de cura.

A construção plena do SUS transcende a mera ampliação da oferta de serviços. Trata-se de assegurar, de forma perene, o direito à saúde por meio de uma política de Estado robusta, humanizada e tecnicamente orientada. O fortalecimento do sistema depende do compromisso interfederativo, do controle social efetivo e da adoção de estratégias que conciliem inovação, equidade e sustentabilidade, reafirmando o SUS como instrumento central de justiça social e desenvolvimento nacional.

7. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA, REFORMA AGRÁRIA E AGRONEGÓCIO

O rural brasileiro deve ser afirmado como território de vida, expressão concreta das relações sociais e culturais, das dinâmicas produtivas e ambientais que estruturam o país. O campo, as florestas e as águas não se reduzem a espaços de produção econômica, tampouco podem ser tratados como periferia do desenvolvimento nacional. São territórios onde se reproduz a vida, se constroem identidades, se preservam bens comuns e se afirmam modos de existência fundamentais para a soberania do Brasil.

Esta concepção se contrapõe diretamente ao modelo historicamente dominante, marcado pela concentração fundiária, pela mercantilização da terra e da natureza e pela subordinação dos territórios rurais a uma lógica produtivista excludente, produtora de desigualdades, pobreza e fome. Ao afirmar o rural como território de vida, reafirma-se o papel político dos povos do campo, das florestas e das águas como sujeitos ativos da construção de um projeto democrático e popular, comprometido com justiça social, igualdade, diversidade e sustentabilidade.

Nesse sentido, mulheres, juventudes, pessoas idosas, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e a população LGBTQIAP+ não são segmentos acessórios ou públicos específicos de políticas compensatórias. São sujeitos estruturantes do mundo rural brasileiro, responsáveis pela sustentação dos territórios, pela produção de alimentos, pela preservação da sociobiodiversidade, pela transmissão intergeracional de conhecimentos e pela resistência histórica frente às múltiplas formas de expropriação, violência, exclusão e invisibilização.

Não há democracia, soberania alimentar ou justiça social sem democratização do acesso à terra e proteção integral dos territórios. A Reforma Agrária Popular deve ser retomada com metas, prazos e orçamento definidos, assegurando que o acesso à terra seja acompanhado de políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos já existentes, considerando o volume de demandas historicamente acumulado.

É fundamental a defesa intransigente dos assentamentos da Reforma Agrária e das áreas do Crédito Fundiário contra todas as formas de reconcentração fundiária, aquisição irregular de lotes, grilagem direta ou indireta e captura desses territórios pelo agronegócio, reafirmando o caráter público, social e estratégico dessas políticas.

O combate à grilagem, à violência no campo e aos processos de apropriação privada que desestruturam assentamentos, provocam o esvaziamento das comunidades e intensificam conflitos territoriais deve ser prioritário. Isso implica a

demarcação e proteção de Terras Indígenas, territórios quilombolas e comunidades tradicionais, bem como a destinação social e ambiental das terras públicas.

A titulação deve vir acompanhada de infraestrutura, autonomia comunitária e garantia de sucessão geracional, fortalecendo a fiscalização, o monitoramento e os instrumentos jurídicos e administrativos do Estado para assegurar que os territórios da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário permaneçam sob controle das agricultoras e agricultores familiares. Destaca-se ainda o fortalecimento do controle social exercido pelas mulheres indígenas nos processos de governança fundiária, demarcação e homologação das Terras Indígenas.

Produzir alimentos é produzir vida, saúde e soberania, articulando trabalho, cultura, território e proteção dos bens comuns, em oposição a um modelo dependente de insumos químicos, concentrador de renda e gerador de adoecimento socioambiental.

O fortalecimento da agricultura familiar e camponesa como base estruturante dos sistemas alimentares nacionais requer o apoio à transição agroecológica e à produção orgânica, com suporte técnico, econômico e institucional. A agricultura urbana e periurbana deve ser incorporada como estratégia de segurança alimentar, geração de renda e integração campo–cidade, assim como os quintais produtivos, com políticas públicas de financiamento (via fomento e crédito), ampliação, assistência técnica e valorização do trabalho das mulheres.

A proteção dos assentamentos da Reforma Agrária e das áreas do Crédito Fundiário como territórios estratégicos para a produção de alimentos saudáveis exige o enfrentamento à imposição da monocultura, à captura pelo agronegócio e aos processos de reconcentração fundiária que inviabilizam a agricultura familiar e camponesa. O enfrentamento ao uso de agrotóxicos deve ser prioridade, com fortalecimento de políticas de redução progressiva e substituição por práticas sustentáveis, incluindo a implementação e fortalecimento do PRONARA, o incentivo à pesquisa, produção e uso de bioinsumos, a proteção da saúde das populações do campo e da cidade e do meio ambiente, e a promoção de sistemas produtivos baseados na agroecologia e na soberania alimentar.

Nosso governo reafirma seu compromisso com a agroecologia e a agricultura familiar, ao mesmo tempo em que reconhece a importância estratégica do agronegócio como atividade econômica essencial para o país. Prova disso é o Plano Safra, que em 2025 atingiu orçamento recorde, garantindo crédito e incentivos ao setor.

No entanto, é fundamental que o agronegócio seja cada vez mais organizado para tornar-se ambiental e socialmente sustentável. Isso passa por políticas que

incentivem práticas de baixo carbono, recuperação de áreas degradadas, cumprimento do Código Florestal e regularização ambiental. Também é necessário fortalecer a rastreabilidade da produção, assegurando que cadeias como as da soja, carne e madeira não estejam associadas a desmatamento ilegal, grilagem ou trabalho análogo à escravidão. Além disso, é preciso ampliar a assistência técnica e a inovação tecnológica para reduzir o uso de agrotóxicos e diversificar a produção, integrando grandes propriedades com a agricultura familiar por meio de parcerias e mercados institucionais. O diálogo entre setores deve ser incentivado para construir uma agenda comum de desenvolvimento rural que concilie produtividade, inclusão social e preservação ambiental.

Também se faz necessário citar que a transição ecológica só é possível com justiça social, protagonismo territorial e controle público dos bens comuns. Não se trata apenas de mudar matrizes produtivas e energéticas, mas de reorientar o modelo de desenvolvimento, garantindo que a proteção ambiental caminhe junto com direitos, renda, permanência nos territórios e soberania nacional.

A valorização da sociobiodiversidade e de suas cadeias produtivas deve reconhecer os povos do campo, das florestas e das águas como sujeitos centrais da conservação ambiental e da economia dos biomas. A proteção integral dos biomas e dos bens comuns requer especial atenção à água como direito humano e bem público, assegurando acesso, gestão democrática, proteção de nascentes, bacias hidrográficas e aquíferos, além do enfrentamento à mercantilização da água e à privatização dos serviços essenciais. A preservação das florestas, da biodiversidade e dos territórios tradicionais deve ser garantida.

O enfrentamento aos processos de desertificação, queimadas e desmatamentos exige políticas estruturantes de prevenção, responsabilização e recuperação ambiental, articuladas à agroecologia, à convivência com os biomas e à permanência das populações nos territórios. A promoção de modelos produtivos de baixo carbono, baseados na agroecologia, na restauração ecológica, na sociobiodiversidade e em práticas sustentáveis adequadas às realidades territoriais deve ser incentivada.

A regulamentação do Mercado de Carbono deve vir acompanhada do fortalecimento das estruturas responsáveis para implementar a legislação com rigor técnico, inovação e integração institucional, de modo a impactar social e ambientalmente em valor real com inclusão produtiva e economia circular. A transição energética justa deve incluir incentivo às energias renováveis, especialmente solar e eólica, como alternativas estratégicas à matriz fóssil, com avaliação crítica e permanente dos impactos sociais, territoriais, ambientais e culturais dos empreendimentos energéticos. É essencial a garantia de consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas, priorizando modelos

descentralizados, comunitários e cooperativos, que promovam autonomia energética, geração de renda local e redução de desigualdades. A integração entre conservação ambiental, geração de renda e direitos territoriais deve assegurar que a transição ecológica seja instrumento de justiça social, e não de aprofundamento de conflitos, expropriações e desigualdades.

O atual modelo de produção animal é um dos maiores responsáveis pelas crises que a transição ecológica busca resolver. Ele é responsável por uma parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa, além de causar desmatamento, perda de biodiversidade e poluição. Uma transição ecológica que ignore esse setor é, portanto, incompleta.

Os animais não humanos são seres sencientes, capazes de sentir dor, medo, prazer e estabelecer vínculos. A violência contra eles não é um fenômeno isolado ela se conecta com a violência social, com a degradação ambiental, com a insegurança alimentar e com os riscos à saúde pública. Proteger os animais é também proteger as pessoas, os territórios e as condições que sustentam a vida. Precisamos fortalecer a institucionalidade e a governança das políticas de proteção animal, com articulação federativa, orçamento público, participação social e consolidação de programas estruturantes em todo o território nacional, bem como promover o enfrentamento à violência contra animais, associado à transformação cultural da sociedade, por meio da educação para o respeito à vida, à empatia e à convivência entre espécies e também estimular modelos de desenvolvimento, produção e consumo mais sustentáveis e éticos, que reduzam impactos ambientais, protejam a biodiversidade e promovam uma relação mais equilibrada entre seres humanos, animais e natureza.

O Bem Viver é assumido como horizonte político, ético e civilizatório para o campo brasileiro. Não se trata de uma noção abstrata, mas de uma orientação concreta para reorganizar o desenvolvimento rural a partir da centralidade da vida, do cuidado, do trabalho digno, da justiça social e da relação equilibrada com a natureza. O Bem Viver articula produção, reprodução social, direitos, cultura e tempo de vida, enfrentando a lógica da exploração extrema do trabalho e da subordinação dos territórios à acumulação do capital.

A estratégia econômico-ambiental do plano fundamenta-se na reorientação da matriz produtiva mediante a adoção de tecnologias verdes e na incorporação de critérios de sustentabilidade como vetores de competitividade. São previstos os seguintes instrumentos:

- **Incentivos fiscais verdes:** implementação de reforma tributária ecológica, com desoneração de atividades sustentáveis e tributação progressiva de práticas poluentes, observando o princípio da neutralidade fiscal.

- **Financiamento público para inovação:** estruturação de linhas de crédito com condições diferenciadas para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em energias renováveis, economia circular, biotecnologia e agricultura de baixo carbono, com especial atenção ao enfrentamento do "vale da morte" do processo inovativo.
- **Valorização da sociobiodiversidade:** utilização do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais como base para a agregação de valor a cadeias produtivas estratégicas, notadamente na Amazônia e demais biomas.

A efetivação da pauta ambiental depende de mecanismos robustos de coordenação e participação:

- **Coordenação interministerial:** instituição de instância vinculada à Presidência da República para alinhamento das políticas públicas, do Plano Plurianual (PPA) e das leis orçamentárias às metas socioecológicas.
- **Participação social:** fortalecimento de conselhos, conferências e mecanismos de diálogo com a sociedade civil, movimentos sociais e setor produtivo.
- **Educação ambiental estruturante:** implementação de programas transversais de formação de educadores ambientais, educomunicação socioambiental e integração com universidades, escolas e comunidades.

Por tanto é necessário consolidar uma agenda rural integrada, que reconheça o campo como território de vida, diversidade e direitos, enfrente desigualdades estruturais, fortaleça o Estado, aprofunde a democracia territorial e articule soberania alimentar, justiça agrária, justiça climática e Bem Viver. A transição ecológica justa emerge como eixo estruturante que conecta a proteção da sociobiodiversidade, a democratização da energia e da terra, o protagonismo dos povos tradicionais na conservação ambiental e a construção de modelos produtivos sustentáveis e de baixo carbono. Trata-se de recolocar o rural no centro do projeto nacional, não como problema a ser administrado, mas como parte estratégica da solução para o futuro do país, com protagonismo dos sujeitos territoriais na formulação, execução, monitoramento e avaliação das ações do Estado. O rural é território de vida, e é desde essa concepção que construiremos um Brasil mais justo, democrático, sustentável e soberano.

8. BRASIL PARA TODAS AS IDADES, GENTES E LUTAS: POR QUE A PROTEÇÃO SOCIAL E OS DIREITOS HUMANOS PRECISAM SER O CORAÇÃO DO PRÓXIMO GOVERNO

O nosso país chegou a um ponto de inflexão. Durante décadas, construímos a imagem de um país do futuro, mas o futuro chegou e nos cobra respostas. Somos, hoje, uma nação com 34 milhões de pessoas idosas — um contingente que cresceu 56% em apenas quinze anos. Somos um país onde 6,48 milhões de pessoas ainda acordam sem saber o que vão comer, mesmo depois de termos celebrado a saída do Mapa da Fome. Somos uma sociedade onde jovens negros continuam sendo assassinados pelas forças do Estado, onde defensores de direitos humanos são silenciados à bala, onde pessoas com deficiência ainda precisam lutar para ter seus direitos básicos reconhecidos.

Somos 34 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Em poucas décadas, seremos ainda mais. O envelhecimento populacional é uma conquista civilizatória — fruto de avanços na saúde, na saneamento, na expectativa de vida. Mas, no Brasil, envelhecer tem sido, para muitos, sinônimo de abandono, violência e invisibilidade.

Com o foco no envelhecimento populacional, é necessário uma virada de chave: combater o idadismo estrutural, que isola, adocece e empobrece. Isso significa campanhas de valorização, mas também políticas concretas. É preciso fortalecer a atenção básica e o atendimento domiciliar, para que ninguém precise escolher entre morrer em casa ou morrer na fila de um hospital. Significa moradia digna — não qualquer moradia, mas moradias assistidas, condomínios inclusivos, aluguel social. Significa orçamento específico, para que a pauta não se perca na disputa por recursos. Envelhecer com dignidade não é favor: é direito constitucional.

A garantia do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA), o combate estrutural à fome e a transformação dos sistemas alimentares constituem imperativos de Estado, transcendendo ações emergenciais para se consolidarem como estratégia permanente de desenvolvimento. Superar a visão reducionista do alimento como mera commodity regulada exclusivamente pelas leis de mercado é condição para afirmá-lo como direito fundamental, alicerce da dignidade humana e expressão concreta da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Para a consolidação e o aprofundamento dessa agenda, é imperativo: (i) o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a plena reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como instâncias de participação social e controle público; (ii) o enfrentamento da carestia dos alimentos como prioridade de política macroeconômica, articulando estabilidade de preços à garantia de acesso; e (iii) a estruturação de uma estratégia pós-Mapa da Fome orientada à promoção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e socialmente equitativos.

Tal estratégia requer a reorientação do modelo de produção e abastecimento, priorizando a agricultura familiar e camponesa, a transição agroecológica e o enfoque nos sistemas alimentares territoriais. As políticas públicas devem

incorporar, de forma estruturante, a diversidade regional, a sazonalidade produtiva e os modos de vida de povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, ribeirinhos e agricultores familiares, reconhecendo a sociobiodiversidade e a pluralidade cultural como ativos estratégicos para a soberania alimentar.

As compras públicas, nesse contexto, operam como instrumentos estruturantes de indução de sistemas alimentares locais e regionais. Nesse sentido, defende-se: (a) a ampliação e qualificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando o fornecimento universal de refeições adequadas e saudáveis, baseadas em alimentos in natura ou minimamente processados, com priorização da aquisição da produção local e respeito às culturas alimentares; (b) o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como mecanismo de garantia de preços e escoamento da produção; e (c) a implementação de um Plano Nacional de Abastecimento Alimentar que articule a geração de renda no campo ao acesso físico e econômico nos centros urbanos.

Adicionalmente, a institucionalização permanente de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional — como cozinhas solidárias, restaurantes populares, bancos de alimentos e hortas comunitárias, urbanas e periurbanas — deve ser consolidada como política de Estado. Tais equipamentos, para além da resposta imediata às vulnerabilidades, atuam na dinamização econômica territorial, na promoção da educação alimentar e nutricional e no fortalecimento de redes de solidariedade e de valorização dos saberes locais.

Os Direitos Humanos também se integram com as pautas das pessoas com deficiência, o capacitismo é um sistema de opressão tão perverso quanto o racismo ou o machismo, mas ainda pouco nomeado. É importante lembrar que as pessoas com deficiência não são objetos de tutela, mas sujeitos políticos plenos. E, no entanto, continuam enfrentando barreiras arquitetônicas, atitudinais e institucionais que as impedem de viver com autonomia.

É preciso implementar integralmente a Lei Brasileira de Inclusão, regulamentar a Avaliação Biopsicossocial da Deficiência, retomar o Plano Viver Sem Limites com força intersetorial. Mas, acima de tudo, garantir que as próprias pessoas com deficiência estejam na mesa de decisão. "Nada sobre nós, sem nós" não é apenas um lema bonito: é um princípio democrático. Um governo que se pretende inclusivo não pode repetir o erro histórico de falar sobre as pessoas com deficiência sem ouvi-las.

É necessário também demonstrar e reafirmar as políticas de assistências sociais, quando a pandemia chegou, foi o Sistema Único de Assistência Social que chegou junto. Foram os CRAS e CREAS que mantiveram o vínculo com as famílias mais pobres, que entregaram cestas básicas, que acolheram mulheres em situação de

violência. Mas o SUAS opera no limite há anos: com financiamento insuficiente, trabalhadores precarizados e estrutura aquém da demanda.

Aqui o que se propõe é algo simples e revolucionário: pagar a conta. Aprovar a PEC 383/2017, que garante 1% da Receita Corrente Líquida da União para o SUAS, é condição para que o sistema funcione com qualidade.

É preciso valorizar os trabalhadores com piso salarial nacional e jornada de 30 horas não é privilégio: é reconhecimento de que são eles que estão na ponta, segurando o país para não desabar, bem como recriar o Ministério de Assistência e Desenvolvimento Social é dar à política a centralidade que ela merece. Não se constrói justiça social sem fortalecer quem cuida dos que mais precisam.

Os Direitos Humanos é a casa comum de todas as lutas, precisamos realizar a criação do Sistema Nacional de Direitos Humanos, inspirado no SUS, institucionalizando a política de direitos humanos como política de Estado, não de governo. O Fundo Nacional de Direitos Humanos, com financiamento vinculado, garante que as conquistas não sejam varridas a cada mudança de gestão.

As diretrizes aqui apresentadas não são gasto: são investimento. Investimento na vida de 34 milhões de idosos que merecem envelhecer com dignidade. Investimento nos 6,48 milhões que ainda passam fome. Investimento nos milhões de pessoas com deficiência que querem estudar, trabalhar e viver sem barreiras. Investimento nos trabalhadores do SUAS que sustentam a rede de proteção. Investimento na memória, na verdade e na justiça, que são os alicerces de qualquer democracia que se pretenda sólida.

Precisamos de um Brasil que cuida e reconhece que a dignidade humana não é mercadoria, que a vida não tem preço, que a desigualdade não é natural. É um Brasil que aprendeu com a história, com os acertos dos governos petistas, que tiraram o país do Mapa da Fome e incluíram milhões na cidadania; e com os retrocessos dos anos de desmonte, que mostraram o que acontece quando o Estado abandona os mais pobres.

Mas esse Brasil não virá por acaso. Virá da luta, da organização, da disputa de ideias. Virá da capacidade de convencer a sociedade de que outro mundo é possível e que ele começa aqui, agora, nas políticas que elegemos como prioridade.

Por isso, defender essas diretrizes não é tarefa apenas das setoriais, mas de todas e todas que acreditam que a política pode ser instrumento de transformação. O futuro está em disputa. E ele será, se quisermos, um futuro para todas as idades, todas as gentes e todas as lutas.

9. SEGURANÇA PÚBLICA: REFORMA ESTRUTURAL, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO QUALIFICADO AO CRIME

No Brasil é necessária a reconstrução das balizas institucionais das relações entre entes federados, Estado e sociedade, estruturando um sistema de política pública para a área de segurança, com programas imediatos que não dependem de reformas constitucionais e, ao mesmo tempo, com propostas de reformas constitucionais para superar o modelo rígido vigente. A segurança pública deve ser organizada de forma sistemática, com coordenação federativa e gestão baseada em diagnóstico e evidências.

A polícia, elemento fundamental para a produção da segurança pública, será reestruturada para se tornar compatível com uma sociedade que preza pela liberdade e pelos direitos dos cidadãos, com definição clara da doutrina de uso proporcional da força, profissionalização das ações internas e externas, aprimoramento de métodos e protocolos e coordenação das organizações policiais.

A criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, bem como a criação de um Sistema Único de Segurança Pública, objetivando a integração dos órgãos de segurança de todos os entes federativos. Diante da rápida evolução das organizações criminosas e dos desafios contemporâneos, como o avanço da cibercriminalidade e a necessidade de integração tecnológica, torna-se premente que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) seja atualizado, focando não apenas na modernização das competências dos profissionais de segurança pública por meio de matrizes curriculares atualizadas e uso de evidências científicas, mas também na superação da histórica fragmentação institucional e na implementação de políticas de Estado sustentáveis que unam repressão qualificada, inovação tecnológica e inclusão social.

Reduzir violência e crime exige política de prevenção voltada para mediação de conflitos, fortalecimento da justiça restaurativa e ações transversais que envolvam todas as áreas sociais do governo, conjugando intervenções situacionais de curto prazo com intervenções sociais de médio e longo prazos, promovendo equivalência no acesso aos direitos por meio de oportunidades de educação, trabalho digno e lazer.

Na política de drogas, superamos a lógica da “guerra às drogas”, reconhecendo que o uso abusivo é questão de saúde pública e adotando abordagem intersetorial de redução de riscos e danos, articulando sistemas de justiça, segurança pública, saúde e assistência social.

O enfrentamento às organizações criminosas — que atuam no tráfico de drogas, armas, pessoas, crimes digitais, lavagem de dinheiro e ocupação de territórios — exige atuação federativa coordenada, integração e acesso a dados qualificados, estrutura de proteção contra crimes cibernéticos e produção de conhecimento para embasar decisões e políticas públicas em evidências.

Por fim, reorganizarmos a política penal e penitenciária, com aprimoramento da gestão prisional, racionalização do encarceramento para crimes não violentos, enfraquecimento das facções e construção de unidades com foco em educação técnica e ensino fundamental e médio, superando um modelo que agrava a violência e aumenta a reincidência.

10. CULTURA COMO MODO DE VIDA DEMOCRÁTICA DOS BRASILEIROS

A cultura brasileira é a arquitetura simbólica da nossa democracia, diversa, plural, popular e solidária ela projeta o futuro coletivo do país, organiza sentidos, conecta territórios, integra saberes ancestrais e tecnologias contemporâneas.

A tentativa de extinção do Ministério da Cultura após o golpe de 2016 e a ofensiva negacionista do bolsonarismo demonstraram que a disputa cultural é o centro da disputa política: atacar a cultura é tentar fragilizar a consciência do povo.

Nossa diretriz é fortalecer a cultura como um eixo estratégico do nosso projeto nacional, fortalecendo o Sistema Nacional de Cultura como política de Estado, garantindo financiamento estável e progressivo, consolidando a PNAB e o Cultura Viva como instrumentos de territorialização e assegurando soberania cultural-digital.

Defender a cultura é garantir trabalho digno aos trabalhadores e trabalhadoras do setor, isso se manifesta no reconhecimento e valorização de forma prioritária a cultura popular, periférica, indígena, quilombola e das comunidades tradicionais como expressão viva da identidade brasileira, assegurando que mestres e mestras da cultura, coletivos de periferia, juventudes e produtores culturais dos territórios tenham acesso permanente a financiamento, formação e infraestrutura, ampliação da presença do Brasil em circuitos internacionais de cinema e das artes, fortalecimento dos bens públicos digitais e a afirmação da diversidade cultural como elemento organizador do desenvolvimento democrático e territorial.

A cultura é trincheira de resistência e principalmente, um horizonte estratégico para um Brasil cada vez mais inclusivo e criativo, portanto, não é apenas a alma criativa do Brasil, mas a própria arquitetura que sustenta o nosso projeto de futuro.

Ao reafirmarmos a diversidade popular, periférica, indígena e quilombola como pilares do desenvolvimento, e ao transformarmos essa riqueza em políticas de

Estado permanentes com financiamento estável e inclusão digital, estamos pavimentando o caminho para uma democracia mais profunda e territorializada.

Resistir aos ataques negacionistas e fortalecer o Sistema Nacional de Cultura significa garantir que mestres, juventudes e fazedores de cultura tenham vez e voz na construção de um país mais inclusivo e criativo.

Nesse sentido, a cultura deixa de ser apenas trincheira de defesa para se consolidar, definitivamente, como o horizonte estratégico que nos guia rumo a um Brasil onde a identidade plural do povo é, ao mesmo tempo, o ponto de partida e a grande obra.

11. JUSTIÇA SOCIAL E DIREITOS LGBTQIAPN+: POR UM PROJETO DE PAÍS SEM HIERARQUIAS NEM INVISIBILIDADES

A promoção de direitos da população LGBTQIAPN+ não devem e não podem ser vistas como demandas setoriais, precisa ser incorporada como parte estruturante do projeto de desenvolvimento nacional, enfrentando de forma sistêmica as desigualdades históricas, a violência estrutural e as múltiplas formas de exclusão.

O nosso projeto precisa incorporar o conceito de Justiça Social como princípio, reconhecendo que não existe conceito real de igualdade quando parte da população segue submetida à precarização, invisibilidade e violência.

A implementação das diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ deve orientar uma política de médio e longo prazos, articulada de forma interministerial e federativa, é necessário estruturar um Sistema Nacional de Promoção dos Direitos da População LGBTQIA+, com integração obrigatória nos instrumentos de planejamento e orçamento público, assegurando previsibilidade orçamentária, metas claras e mecanismos de monitoramento permanentes, articulando justiça social, inclusão produtiva e combate à violência.

Isso implica integrar políticas de segurança pública com inteligência e prevenção, ampliar acesso à saúde integral e à educação inclusiva, promover empregabilidade e proteção social para travestis e pessoas trans, enfrentar a discriminação no mundo do trabalho e assegurar participação política com proteção contra a violência de gênero e orientação sexual. Não somente garantir direitos conquistados, mas avançar na construção de uma sociedade onde dignidade, liberdade e igualdade sejam vividos plenamente por todas as pessoas.

Cabe, portanto, consolidar um sistema de garantias que assegure, de forma permanente e monitorada, que nenhuma pessoa seja deixada para trás — e que o

futuro do Brasil seja construído com a liberdade, a igualdade e a diversidade de todo o seu povo.

12. DIREITO À CIDADE E DIREITO AO ESPORTE: PILARES DA CIDADANIA

O próximo ciclo deve assegurar o direito à cidade como política de Estado permanente e estruturante, avançando para uma transformação urbana integrada como expressão concreta da justiça social no espaço urbano, o direito à cidade afirma que moradia digna, mobilidade acessível, saneamento básico, equipamentos públicos e espaços de convivência são direitos universais e não devem estar submetidos a lógica da especulação imobiliária e exclusão social.

Os nossos governos retomaram políticas estruturantes como o “Minha Casa Minha Vida” recolocando a habitação popular no centro da agenda nacional, priorizando famílias de baixa renda e enfrentando o déficit habitacional acumulado. Os investimentos em saneamento básico foram ampliados, reconhecendo que água tratada e esgotamento sanitário são fundamentos de dignidade humana, especialmente nas periferias historicamente negligenciadas.

A mobilidade urbana voltou a ser debatida e tratada como prioridade, rompendo com a invisibilidade territorial e reafirmando a periferia como eixo de desenvolvimento inclusivo, articulando e impulsionando a consolidação de cidades mais justas e democráticas.

É indispensável integrar habitação, saneamento, educação, saúde, cultura, lazer, mobilidade e acessibilidade em estratégias territoriais capazes de enfrentar a segregação urbana. Não se trata somente de resolver o problema da ausência de moradia, mas também de reconhecer periferias e favelas como territórios de potências econômicas, culturais e políticas, espaços de inovação, solidariedade e organização popular.

As prioridades devem estar orientadas pela redução das desigualdades regionais e pela promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social.

A eliminação do custo de mobilidade, especialmente para a classe trabalhadora, estudantes e usuários do transporte público também faz parte da garantia do direito à cidade, a consolidação e implementação da “Tarifa Zero” no Brasil rompe com uma das principais barreiras materiais ao direito de ir e vir, é uma medida concreta de ampliação da cidadania e redistribuição da renda, uma perspectiva de compreender a cidade como um direito de todos com garantia de inclusão territorial e justiça social.

Aqui temos uma mesma visão estratégica: a construção de cidades justas, inclusivas e democráticas, onde o direito à moradia digna e o acesso ao esporte e ao lazer sejam pilares da cidadania e do desenvolvimento humano.

Ambos os setores partem de um diagnóstico comum: os avanços obtidos nos governos Lula e Dilma — como o Ministério das Cidades, o Programa Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte — foram fundamentais, mas ainda insuficientes diante da desigualdade estrutural que marca o país. As cidades brasileiras seguem divididas entre o formal e o informal, o incluído e o excluído. E é justamente essa desigualdade que as diretrizes buscam enfrentar de forma integrada.

Na área da moradia, não basta construir casas. É preciso garantir terra urbanizada, financiamento público, controle social e regularização fundiária com participação popular. É necessário ações de ampliação do financiamento para habitação popular, a efetivação da Regularização Fundiária Urbana (REURB-S) em todo o país dando protagonismo para as comunidades, fortalecer o Conselho das Cidades (CONCIDADES) bem como os conselhos municipais e estaduais, aplicar instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, como o IPTU progressivo e o parcelamento compulsório, para combater a especulação imobiliária, bem como destinar imóveis da União para habitação de interesse social, conforme decreto de 2024.

Ademais, é necessário a criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) , que articule habitação, saneamento, mobilidade, regularização fundiária e justiça climática, com foco na redução das desigualdades e na participação social.

Em relação às políticas de esporte e lazer temos a premissa de que o esporte é um direito constitucional e deve ser tratado como política de Estado, não como mercadoria ou ação filantrópica.

Sendo então necessário a criação de programas permanentes de formação esportiva, com ênfase na educação em tempo integral, importante destacar ações para contribuir com o fortalecimento do esporte comunitário e de base, com a criação do Programa Esporte Vivo, inspirado no Cultura Viva, para reconhecer e apoiar iniciativas populares nos territórios, valorizar o futebol amador como identidade nacional, com apoio a ligas locais, clubes de bairro e comunidades tradicionais. A integração entre esporte, saúde, cultura, educação e direitos humanos, promove o bem-estar, inclusão e combate às violências.

Tanto a moradia quanto o esporte são pensados a partir dos territórios, com foco nas periferias, favelas, comunidades tradicionais e áreas vulneráveis. A ideia é levar infraestrutura, direitos e oportunidades para onde o povo vive, ambos os setores

defendem a criação e o fortalecimento de conselhos, conferências e mecanismos de participação direta, garantindo que as comunidades decidam sobre os rumos das políticas.

No acesso à terra ou à prática esportiva, o objetivo é romper com as barreiras que excluem mulheres, negros, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e populações periféricas, moradia, esporte, saneamento, mobilidade, cultura e saúde não são tratados de forma isolada. A proposta é que as políticas conversem entre si, promovendo cidadania plena.

Por tanto, mais do que setores isolados, moradia e esporte são dimensões de um mesmo projeto de cidade: aquela que acolhe, que cuida, que oferece oportunidades e que é construída com o povo. Seja garantindo um teto digno, seja assegurando espaços para brincar, jogar, conviver e celebrar, o que está em jogo é a construção de uma vida urbana com pertencimento, alegria e justiça.

13. PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

No Brasil, a maior parte das pessoas que produzem riqueza com seu trabalho, apropriada pelos donos dos meios de produção, é afrodescendente. Além disso, essa riqueza, que desde a implantação do sistema capitalista é ampliada vertiginosamente, foi originalmente acumulada graças a quase quatro séculos de escravidão de africanos e afrodescendente e roubo das terras indígenas.

Portanto, a elaboração desse Programa de Governo parte da premissa que as propostas para superar o racismo e a discriminação racial precisam ter como foco a dimensão econômica. Seja pelo papel da escravidão na conformação das cadeias produtivas e do modelo de capitalismo constituído no Brasil, seja porque a marginalização socioeconômica dos afrodescendentes foi a marca da transição para o trabalho assalariado em nosso país e seus efeitos se mantêm até os dias atuais.

O racismo estruturou a nossa sociedade e se tornou sistêmico, como resultado da ação do Estado e das elites econômicas, e levou ao quase extermínio das populações indígenas e a sistemática marginalização econômica e social da população afrodescendente, redundando na exclusão política e criminalização ou estigmatização da sua cultura e formas de sociabilidade.

Por conseguinte, o ponto de partida do nosso Programa será a busca pela igualdade racial, ampliando as políticas públicas dos governos Lula e Dilma, a partir de uma perspectiva econômica, considerando que as iniquidades raciais em nosso país se baseiam na manutenção de um capitalismo singular que, para além das divisões

de classe, se caracteriza por uma estrutura social estamental, baseada na cor da pele.

Ao longo do terceiro mandato do presidente Lula foi necessário empreender todos os esforços para reconstruir um país destruído e cindido pelo ódio disseminado pela extrema-direita; com um aparelho estatal reduzido a escombros, interrupção de todas as políticas públicas e paralisação total dos programas de promoção da igualdade racial. Lula e seus ministros encontraram um quadro de terra arrasada e foram obrigados, além disso, governar com um Congresso composto em sua maioria por parlamentares inimigos das políticas de reparação. Ainda assim, foi possível conquistarmos avanços na promoção da igualdade racial, tanto como resultado de programas focais, como das políticas generalistas.

O inconformismo, contudo, é da natureza do PT e da sua militância, além da consciência de que para reparar 400 anos de escravidão e 138 de discriminação estrutural e sistêmica, são necessários vários mandatos comprometidos com a superação das desigualdades e enfrentamento dos efeitos da histórica apropriação do trabalho de africanos e afrodescendentes sem nenhuma contrapartida.

Assim, esse Programa de Governo se norteia por aprofundar as conquistas das 5 gestões petistas, aprofundá-las e maximizá-las, na perspectiva de avançar com celeridade na promoção da igualdade racial no nosso país.

Ampliaremos, portanto, o conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural, indissociáveis do enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades econômicas.

As ações afirmativas mais uma vez serão as principais ferramentas para promover o bem-estar e desenvolvimento integral da população negra nas mais diversas áreas. Elegemos como prioridade, todavia, iniciativas que revertam a violência estatal, o genocídio e hiperencarceramento da juventude negra; por gerar tragédias que afetam as famílias e comunidades como um todo, por representar uma política de “limpeza étnica” e por materializar o terror de Estado, incompatível com os preceitos democráticos.

Para darmos conta de todas as tarefas que o trabalho em prol da igualdade racial exige, o principal instrumento será o Ministério da Igualdade Racial, que deverá liderar as políticas governamentais na área, sempre com caráter transversal. Nesse sentido tanto o orçamento do MIR, como as políticas de promoção da igualdade racial terão garantidas os recursos necessários para sua efetivação.

Além disso, o governo irá retomar as discussões com o Congresso e a sociedade acerca da proposta de criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que deverá contar com novas formas de captação de recursos e receitas

contínuas da riqueza nacional, de modo a conferir robustez necessária ao financiamento daquelas políticas públicas.

Assim, na perspectiva de ampliar e aprofundar as políticas de promoção da igualdade racial, interligadas e articuladas, em constante debate democrático com o movimento negro, todos os setores da sociedade civil organizada e demais poderes, é que o presente Programa de Governo se divide em quatro linhas de ação:

1. Será implementado um amplo conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural, indissociáveis do enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades, que garantam ações afirmativas para a população negra e o seu desenvolvimento integral nas mais diversas áreas;
2. Assegurarmos a continuidade das políticas de ação afirmativa, que tem nas cotas sociais e raciais na educação superior e nos concursos públicos federais, uma das suas formas de promoção da igualdade racial, mas não as únicas. Portanto, haverá ampliação para outras políticas públicas rumo a equidade racial no País;
3. Estamos comprometidos com a proteção dos direitos e dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. Será assegurada a posse de suas terras, impedindo atividades predatórias que prejudiquem seus direitos, assim como a defesa das religiões de matriz africana na sua dimensão jurídica, territorial, cultural;
4. Compreendemos que a violência sistêmica contra a juventude negra, para além da tragédia que representa para as famílias e comunidades como um todo, desperdiça vidas preciosas em pleno vigor laboral, que poderiam estar construindo a riqueza material e imaterial do nosso país. Assim, a ampliação do programa Pé de Meia, para além da preservação da vida e da liberdade dessa juventude e garantia de seu direito à educação, será um ponto central para formação de novas gerações de pessoas negras com um nível de cidadania e qualificação profissional jamais visto pelas gerações anteriores.